PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

BRENO CYPRIANO

Desde a primeira vez quando soube da possibilidade de participar como entrevistador na pesquisa, fiquei muito animado e aceitei prontamente, sobretudo porque acreditava que estaria contribuindo para escrever um pedaço da história da Ciência Política no Brasil que precisa valorizar importantes mulheres que fizeram, fazem e ainda farão muita diferença neste nosso campo. Enquanto pesquisador, sabia que estaria apto neste projeto justamente pela vasta experiência de pesquisa, tanto na área acadêmica, quanto no mercado, em realizar entrevistas semiestruturadas e *surveys* com lideranças políticas e econômicas, locais, nacionais e internacionais. Mas esta entrevista foi especial: fazer a pesquisa com a mulher que me formou e me inseriu no campo da Ciência Política. Ou seja, a entrevista com a Professora Marlise Matos me proporcionou um resgate de lembranças, nas quais muitos momentos da vida dela se esbarraram na minha formação como cientista político, feminista e cidadão.

A realização da entrevista aconteceu no dia 20 de maio de 2019 no seu gabinete, que se encontra no departamento de Ciência Política no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Combinamos à tarde para termos mais tranquilidade para realizarmos a entrevista. Aquele papel de pesquisador me causou certa estranheza inicial, sobretudo porque naquele mesmo local realizei inúmeras reuniões de orientação de iniciação científica, monografia, mestrado, doutorado, encontros de pesquisa, planejamentos de eventos e, também, encontros mais informais para simplesmente conversar sobre a vida. Desde 2005, quando conheci a professora Marlise Matos, fiquei encantado por uma proposta de luta por justiça social, direitos humanos e estudos feministas que, pela primeira vez na cabeça de um estudante de Ciências Sociais, fazia diferença naquele contexto político que vivíamos. Ainda hoje, após mais de 14 anos, vejo uma profissional que lutou arduamente para que os estudos feministas e de gênero tivessem respeito na nossa universidade tanto em ensino, como também em pesquisa e, sobretudo, em extensão.

O que saliento, e que me deu muito orgulho neste processo, é que uma das lutas de Marlise foi, justamente, dar visibilidade para a ausência de mulheres no campo da Ciência Política e da política como um todo e, hoje, ao ser reconhecida e estar presente nesta pesquisa, vejo que sua luta foi escutada. Chamo a atenção e convido a todos para desfrutarem de uma entrevista que narra uma trajetória riquíssima que inspirou e formou tantos nomes que hoje fazem partem da nova geração e que serão sempre gratos a essas mulheres que, como Marlise, transformam a nossa Ciência Política.

Auto - Apresentação

MARLISE MATOS

Sou graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1988), tenho mestrado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993) e doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas – SBI/Iuperj (1998). Possuo, também, Curso de Aperfeiçoamento em Metodologia Quantitativa pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999), além de Formação Complementar em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela *Universidad de La Republica* (Udelar, 2005) e *Universidad de Buenos Aires* (UBA, 2009), com apoio das Nações Unidas (ACNUR e ACNUDH). Recentemente, realizei pós-doutorado na *University of Massachusetts-Amherst* com bolsa *Fulbrigth Chair in Brazilian Studies* (2019) junto ao CLACLS da UMass. Atuei, inicialmente, como Professora Agregada do departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio (1996-2005) e hoje sou Professora Associada do departamento de Ciência Política da UFMG, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – Nepem e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero – CIFG (UFMG). Encontro-me copresidente eleita do *Research Comittee 32 Women in Society* (2020-2022), da *International Sociological Association* (ISA) e Representante latino-americana da SWS – *Sociologists for Women in Society* e faço parte, como pesquisadora, da *NWSA – National Women's Studies Association*. Fui Assessora da Sociedade Civil de ONU Mulheres Brasil por dois mandatos (2013-2014 e 2015-2016). Ainda na UFMG, coordeno a Formação Transversal em Direitos Humanos. Como pesquisadora, atuo na área das relações de gênero, de avaliação de políticas públicas, de representação e participação políticas, movimentos sociais e minorias e comportamento político de mulheres. Tenho experiência também nas áreas de sociologia e política das relações de gênero, raça e sexualidades, desigualdades sociais, planejamento, avaliação e monitoramento de políticas públicas, direitos humanos e cidadania. Minha vida como Professora Associada da UFMG começou realmente em 2006, quando prestei concurso definitivo para o departamento de Ciência Política, mas eu já trazia uma marca intransponível que merece ser anotada: ter lido o livro *O Segundo Sexo,* de Simone de Beauvoir, aos 19 anos, por indicação de uma amiga francesa na graduação. Foi como se alguém tivesse rasgado, para mim, a realidade e me deixado no espaço incômodo de não ser. Rasgou-se, por definitivo e com inúmeras consequências, aquilo que me localiza e que, afinal, me fazia pertencer como mulher no mundo. Depois de Beauvoir, nunca mais consegui deixar de ir me construindo, me tornando aquilo que me tornei: uma feminista acadêmica que tem também uma prática antirracista e antilesbotransfóbica. Já coordenei inúmeras pesquisas e projetos de extensão universitária, sendo, atualmente, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, assim como já lecionei uma quantidade grande de disciplinas. Tive a alegria de ter um Programa na Rádio Educativa da UFMG (“Gênero e Feminismo”), de 2015 a 2019. Para saber mais dessa minha trajetória confira: http://lattes.cnpq.br/1974404093620849.

Entrevista

Breno Cypriano: *Entrevista com Marlise Matos, por Breno Cypriano, na Fafich [Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas], UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais]. Você poderia apresentar a sua trajetória profissional tanto formação, quanto filiações institucionais?*

Marlise Matos: Tenho graduação em Psicologia pela UFMG. Me formei aqui mesmo na Fafich, antiga Carangola, e fiz a graduação entre 1984 e 1989. Em 1990, fui para o Rio de Janeiro, para a UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], fazer mestrado em Teoria Psicanalítica no Instituto de Psicologia sob a orientação da Ana Carolina Lo Bianco. Na sequência, em função da professora Neuma Aguiar ter participado da minha banca de dissertação, defendida em 1993, fui para o Iuperj [Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro]. A Neuma me convidou para participar do processo seletivo de lá para a área de Ciências Sociais, especificamente Sociologia, em um trabalho que estaria situado na fronteira entre a Psicanálise e a Sociologia. Entrei em 1994 e terminei a minha tese de doutorado em 1998, que tem como título *Reinvenção dos vínculos amorosos: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*, que, inclusive, ganhou o prêmio de 30 anos do Iuperj na área de Sociologia e foi publicada em 2000 pela editora da UFMG. Já no final do meu doutoramento no Iuperj, assumi, em 1999, uma vaga de professor substituto na Universidade Federal Fluminense [UFF], onde trabalhei no departamento de Sociologia e Metodologia, no *campus* do Gragoatá, e lá permaneci por dois anos. Terminando o contrato de substituta, não era possível a renovação, pois, naquela época, logo que saí do doutorado, a administração era do Ministro Paulo Renato, ou seja, havia uma redução significativa dos recursos das universidades públicas para a contratação de professores, como esse que vamos passar a viver agora. Portanto, fui para o departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio [Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro], no qual trabalhei como professora horista por quase sete anos, saindo de lá quando fiz o concurso Prodoc [Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores] aqui na UFMG, que era destinado a jovens doutores. Tentei uma vaga nesse concurso no departamento de Sociologia, em uma seleção na área de Metodologia. Na época, a candidata que venceu o concurso e ficou em primeiro lugar foi a Professora Corinne Davis, da Universidade do Texas, que tinha casado recentemente no Brasil. Fiquei em segundo lugar, mas como o departamento de Ciência Política [DPC] havia aberto uma seleção semelhante e não recrutara nenhum candidato, assumi a vaga deste certame em 2004. Na época, um dos argumentos que me estimulou bastante a vir para o DCP UFMG foi que o doutorado era compartilhado pela Sociologia e pela Ciência Política através de seus departamentos. E havia uma espécie de consenso entre mim e as pessoas que me convidaram para esta vaga de que, eventualmente, eu voltaria para o departamento de Sociologia, mas que eu viria para integrar a equipe da pós-graduação, pois o departamento se encontrava em expansão, tendo em vista os professores que tinham se aposentado. Fiquei até 2006 como Prodoc do DCP. Nesse momento, abriram-se vagas tanto na Sociologia, quanto na Ciência Política. Eu trabalhava lá há dois anos e havia assumido recentemente a coordenação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – o Nepem – da UFMG e decidi, por bem, me inscrever no concurso do departamento de Ciência Política. Boa parte do motivo que me levou a ficar, mesmo já tendo feito uma trajetória claramente transdisciplinar, foi a discussão de gênero, que considero o fator que costurou todas as demais afinidades do meu percurso com a Ciência Política. Eu me considero uma feminista acadêmica, portanto, desde a graduação e passando por todos os demais níveis da minha formação, esse ponto sempre foi uma questão relevante na minha formação como professora, acadêmica,

universitária e pesquisadora. Assim tenho mantido a minha coerência com os estudos de gênero e feministas. Desde 2006, estou aqui no DCP, e lá se vão 12 para 13 anos. Além do Nepem, coordeno o Centro de Interesse Feminista de Gênero [CIFG] e trabalho com pesquisa e, fundamentalmente, com extensão universitária voltada para a expansão da cidadania feminista das mulheres baseada em debates e estudo de teoria política, tendo como foco a democracia e teorias feministas sempre em diálogo com os direitos humanos. Também leciono disciplinas que se situam neste campo, como a de políticas para mulheres, mulheres no poder e mulheres parlamentares.

BC: *Como você descreveria as suas principais áreas de interesse de pesquisa?*

MM: Eu me considero uma feminista acadêmica. Nesse sentido, o feminismo é o grande campo teórico e prático no qual incide a minha trajetória política e também pessoal e onde, de fato, identifico o meu campo de investigação, extensão, de realização de pesquisa e das atividades de docência. E também há as atividades que estabeleço com as mulheres em públicos externos à universidade e que são igualmente importantes. A minha área de interesse é gênero, teoria feminista, teoria política na sua articulação com a teoria política feminista, as relações institucionais envolvendo a atuação das mulheres em espaços de poder, cidadania, políticas públicas para as mulheres. Esse é o campo: a agenda da cidadania e dos direitos humanos das mulheres a partir da teoria política feminista.

BC: *Quais foram e são as principais influências, tanto obras, quanto autores e teorias, que influenciam o seu trabalho?*

MM: Isso teve uma variação grande em função do fato de eu ter entrado e saído de campos disciplinares muito distintos. Não vou fazer uma exegese até a época da Psicologia, porque acho que não é o caso, mas a teoria psicanalítica é muito forte na minha trajetória. Logo cedo, quando entrei na Psicologia, realmente me senti muito instigada, atraída e seduzida por ela. Acho que a Psicanálise continua a ser uma chave fundamental, ainda que muito moderna, no campo de uma modernidade muito ocidental, branca, masculina, mas ainda assim muito potente para explicar as formas de organização da subjetividade e de tudo o que veio depois de influência da própria teoria psicanalítica. A relação entre o marxismo, a teoria psicanalítica e uma filosofia que tem um campo um pouco mais amplo, mas que podemos identificar dentro do campo da teoria crítica mesmo, mas essas três matrizes – filosofia europeia, a Psicanálise, a teoria marxista e a sua respectiva crítica – informaram a minha formação de maneira definitiva. Na graduação, me entreguei a Simone de Beauvoir. Tive a grata alegria de ter uma colega de graduação que era francesa, mais velha e casada, diferentemente da maioria da turma que era muito jovem, com pouco mais de vinte anos como eu. Ela me entregou os dois volumes da obra de Simone de Beauvoir, em francês, para eu ler e me disse que conversaríamos no decorrer da minha leitura. Esse foi um caminho inexorável, não há como passar indelével pela obra de Beauvoir. A minha trajetória passou a ser informada por esta autora e pelos textos das feministas; comecei a levantar as autoras com quem Simone discutia dentro das discussões de que participava, elas foram as primeiras referências no campo da teoria feminista quando entrei no mestrado e me deparei com a teoria psicanalista de matriz feminista. A minha dissertação foi sobre a sexualidade feminina em Freud e Lacan, relendo de maneira muito crítica – ainda que recordando a importância da teoria destes dois autores para compreender o feminino e a feminilidade. Foi quase uma leitura feminista da obra desses autores. Acabei fazendo algo relativamente inédito, pois era um mestrado em teoria e fui entrevistar mulheres grávidas na Maternidade Escola da UFRJ, na época em função de estar na universidade, porque eu queria capturar a narrativa de mulheres em relação ao imaginário e o desejo das mães sobre o sexo daqueles bebês. As mulheres ficavam esperando o exame pré-natal e, enquanto isso, eu fazia-lhes

perguntas sobre o que elas pensavam, sobre a expectativa delas em relação ao sexo das suas crianças. Ainda hoje, o público que busca o pré-natal nos hospitais de universidades é de mulheres pobres que não têm recurso para custear seus acompanhamentos de pré-natal, portanto não fazem com tanta frequência os exames de imagem e, por isso, geralmente não sabem o sexo de seus bebês. Essa escolha foi um tanto herética neste mestrado, porque, como disse, ele era em teoria. Me cobraram muito o porquê das entrevistas, o que me fez buscar muitas referências na Antropologia também. Antes de chegar à Sociologia, tive contato com a Antropologia, porque trabalhava com narrativa e fiz quase uma etnografia da trajetória de vida dessas mulheres, quase todas pobres e negras. Portanto, no meu trabalho, havia um traço antropológico muito forte; eu li parte da Antropologia feminista e se abriu um campo feminista mais amplo, porque eu conhecia basicamente a obra de Beauvoir. O próprio contato com a produção feminista na Psicanálise também foi muito importante: havia correntes profundamente críticas ao Lacan e a Freud e existiam autoras que eram mais pró-teoria psicanalítica que buscavam resgatar parte dessa teoria para compreender a feminilidade e a sexualidade da mulher. Por isso, a minha orientadora convidou uma socióloga para estar na minha banca de defesa de dissertação, que ainda, a essa época, durava três anos. Me demorei um pouco mais que os meus colegas por conta de trabalhar neste campo empírico. Quando entrei no Iuperj a convite da Neuma, que esteve na minha banca e ficou muito impressionada e interessada na minha capacidade de transitar no campo da Antropologia e Psicanálise, ela me sugeriu fazer um projeto de pesquisa tentando entender as fontes socioantropológicas na obra freudiana, que é uma referência fundamental para mim, li os 24 volumes da obra em português, espanhol e partes em alemão. É um autor sobre o qual me debrucei sobre anos a fio da minha vida. Quando entrei no Iuperj, o mundo das Ciências Sociais se descortinou para mim! Me obriguei a fazer todas as disciplinas teóricas ao longo dos quatro anos em que estive lá. Sentia um déficit de discussões, porque não vinha das Ciências Sociais, aquele era um campo novo para mim, completamente desconhecido em grande medida. O Iuperj possibilitava essa formação híbrida e, por isso, mesmo o meu doutorado sendo em Sociologia, fiz todas as disciplinas de teoria política disponíveis à época. Inclusive as disciplinas metodológicas. Ao longo deste período, a Neuma se tornou professora titular da UFMG e me aconselhou fortemente a fazer o curso de Metodologias Quantitativas [MQ] que ela construiu aqui muito em função desta minha formação mais deficitária em metodologias quantitativas. Fiz dois MQs em sequência, fiz, literalmente, todas as disciplinas ofertadas nesses cursos de Metodologia Quantitativa. Dos autores de Sociologia, aqueles que mais me impactaram para além da teoria marxista e dos neomarxistas a exemplo de Althusser, Poulantzas e Gramsci – que me debrucei muito para ler e entender –, foi a teoria weberiana, que teve um impacto muito forte. A obra do Weber teve um impacto muito grande para uma pessoa como eu, que chega de outra área, e a maneira como ele escrevia o tornava mais querido inclusive do que o Marx, porque eu entendia mais a sua escrita por ter lido tanto a obra do Freud. Freud e Weber escreviam de uma forma quase literária, Freud chegou a ganhar o prêmio Goethe de Literatura. Marx e Weber são estruturadores dessa minha trajetória. Quanto à teoria política, não houve um único grande autor, porque muito do material da teoria política com o qual tivemos contato são autores aos quais direciono muitas críticas. São autores do liberalismo político, do contratualismo moderno, autores institucionalistas e teóricos da escolha racional com os quais não tenho uma afinidade teórica muito grande; não mencionaria nenhum deles como grandes autores. Li todos eles além de todos os autores clássicos da teoria política. Não era o meu olhar e eu não estava muito seduzida por essa tradição. Não sei como é hoje, mas o Iuperj oferecia uma formação muito sistemática dos autores do cânone. Líamos os autores canônicos do Norte global tanto na Sociologia, quanto na Ciência Política. Praticamente, nunca líamos autores latino-americanos; e obras feministas, sem chances! Não fosse a Neuma Aguiar que estava no Iuperj, eu jamais teria contato com teoria sociológica e política feminista. Também tive essa formação por meio do grupo de estudos de Gênero e Sociedade que ela coordenava no Iuperj e que outros colegas frequentavam

– da PUC, UERJ [Universidade Estadual do Rio de Janeiro], da Cândido Mendes. Estava aberto para um público multidisciplinar, o que me deixava muito confortável em entrar em contato com várias tradições e autores. Não tenho uma linha de autores. Quando ganho a minha autonomia como professora, acabo por me concentrar na teoria feminista e, também nela, os clássicos vão se reformular. Tive contato com as feministas liberais... Tenho um interesse muito grande pelo debate epistemológico do feminismo e, portanto, fui ler as autoras, sobretudo norte-americanas e francesas envolvidas com a discussão epistemológica do feminismo. E aí se abre o campo da teoria feminista que é um campo tão vasto e amplo quanto o das teorias políticas; autoras quase sempre do Norte global. Não vou ficar nomeando, porque acho que não é o caso de fazer uma exegese disso, mas posso falar de algumas se for o caso. O meu contato com as mulheres fora dos muros da UFMG foi muito importante: as mulheres do Vale do Jequitinhonha, as mulheres candidatas na política, as mulheres negras e periféricas com as quais eu lidava cotidianamente na extensão; e me dei conta de que as ferramentas que tinha não eram úteis para poder entender o que são as suas demandas e como situar a dinâmica de suas vidas, explicar o contexto de suas lideranças e empoderamento. Portanto, fui buscar noutras correntes e tradições e encontrei na teoria feminista latino-americana decolonial uma chave muito importante. Comecei por estudar os pós-coloniais do Norte global e depois a discussão sobre a modernidade e decolonialidade latino-americana, nos quais se abriu a cena para as gigantes feministas decoloniais latino-americanas. Este é o campo em que me sinto mais confortável em produzir análise, pesquisa e disciplinas. Um dos últimos livros que escrevi e organizei sobre a minha experiência em extensão pensa exatamente o campo da pedagogia feminista aplicado às teorias decoloniais feministas, buscando entender as ações que o Nepem realiza e das quais participei nesses últimos 12 anos como pedagogias feministas decoloniais. Esta é hoje a minha agenda. E de dois anos para cá, venho me sentindo confortável para me aproximar do feminismo negro e do mulherismo também, porque, como mulher branca e privilegiada, nunca me senti muito à vontade de ser uma pessoa que dava disciplinas sobre essa tradição de pensamento. Sempre achei que as mulheres negras, pesquisadoras, acadêmicas e universitárias é que têm de ocupar este espaço. E eu, muito respeitosamente, me mantive mais distante, ainda que lesse muito essas teóricas. Muitas delas estavam presentes nas discussões epistemológicas tanto liberais, quanto pós-estruturalistas, mas não me sentia confortável em falar no sentido de ofertar uma disciplina especificamente voltada para isso. Eu as inseria em uma discussão aqui e ali, mas, atualmente, tenho me dedicado além de estudar o feminismo decolonial latino-americano, o feminismo negro tanto brasileiro, quanto latino-americano. Essas são as grandes matrizes que informam a minha trajetória.

BC: *Você contou com apoio financeiro e institucional para seguir nas áreas que lhe interessavam de uma forma geral?*

MM: Sempre, até agora tive essa sorte. Logo após o meu processo de formação do doutoramento, passei um bom tempo, sete ou oito anos, sem fazer pesquisa nenhuma. Estava como professora substituta e, por isso, as minhas condições de pesquisa eram muito modestas, para ser gentil. Depois fui para uma universidade privada que, apesar de ser muito boa, não tinha nenhuma tradição de pesquisa, ainda mais na condição de professora horista em que me encontrava. Eu tinha que pegar muitas turmas para somar um salário que me permitisse sobreviver em uma cidade cara como o Rio de Janeiro. Nem extensão, nem pesquisa frequentavam o meu tempo na PUC-Rio. Logo que entrei para a UFMG, isso ficou muito evidente, porque as universidades federais capitalizam para si muitos recursos de pesquisa. Coincidência ou não, se vinha institucionalizando a Secretaria de Políticas para as Mulheres no âmbito do governo federal – é preciso mencionar isso. A Secretaria constrói uma agenda de intervenção na pesquisa e no campo da produção do conhecimento: ela vai financiar cursos de formação na área de gênero, sexualidade e raça e nós surfamos nessa onda. A

cada Edital eu concorria e fomos aprovados em todos. O Nepem foi, dessa forma, apoiado em sua atuação pela Secretaria de Política para as Mulheres, que foi muito importante para as várias pesquisas que realizamos. Também disputei Editais de projeto na Fapemig [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais] e em todos que concorri fui selecionada; no CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] foi diferente. Eu já tinha concorrido duas vezes como professora doutora do programa de pós-graduação daqui da UFMG e não havia sido selecionada, porque todas as minhas pesquisas tinham a ver com gênero. Quando a Secretaria faz um acordo de cooperação técnica com o CNPq e lança um Edital específico na área de gênero, abriu-se a porta! Consegui recursos do CNPq por três ou quatro vezes subsequentes para fazer várias pesquisas: mulheres na política, política na ausência das mulheres, pesquisas relacionadas à América Latina e ao contexto da institucionalização de políticas para mulheres na região e o próprio debate feminista na região. O financiamento do Estado brasileiro foi absolutamente fundamental. Para a área de extensão, houve financiamento do MEC [Ministério da Educação]: os ProExt [Programa de Extensão Universitária] e PBEXT [Programa de Bolsa de Extensão]. Enquanto eles existiram, pudemos utilizar essa modalidade. Inclusive, um dos grandes programas de extensão do Nepem, que é o Fórum das Mulheres do Vale do Jequitinhonha, que começou em 2011 e ocorre até hoje – vai para a oitava edição –, e é um grande encontro para a formação política e de cidadania para as mulheres daquela região. Esta é uma das regiões mais empobrecidas de Minas Gerais. Tivemos, nesta iniciativa, o apoio do ProExt, que hoje acabou. Neste momento, acredito que todas essas oportunidades de financiamento vão recrudescer. Fizemos parceria também com a ONU Mulheres [Organização das Nações Unidas para as Mulheres], o que nos rendeu financiamento em certos eventos; a Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] financiava alguns eventos nossos dentro da agenda da teoria feminista e da teoria política feminista também até 2018, quando devolvi os recursos remanescentes de projetos com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, porque entendendo esse cenário, eu não queria continuar a trabalhar com a administração que assumiu com os contornos que vimos até aqui. Mas não tivemos dificuldades em obter recursos de pesquisa por enquanto. O último financiamento da Fapemig foi para uma pesquisa sobre feminicídios em Minas Gerais em um Edital Universal. Tivemos também financiamento de Prefeituras em pesquisas menores, mas muito importantes. Algumas emendas parlamentares para o próprio Nepem realizar nossas atividades... A Escola do Legislativo, em algum momento, financiou cursos de formação política para as mulheres em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Eventualmente, com muito mais modéstia, tivemos acesso a um apoio muito menor do sistema ONU, através da ONU Mulheres, mas nunca pedimos recursos para grandes Editais internacionais. Ainda. Sempre conseguimos produzir pesquisa de ponta, de excelência, produzindo livros e cartilhas de altíssima qualidade, inclusive, através essencialmente de recursos públicos brasileiros.

BC: *Agora uma pergunta sobre a relação da sua trajetória profissional com a sua vida privada. Como a sua trajetória profissional foi – e se foi – afetada pela sua vida privada e vice-versa?*

MM: Eu planejei a minha vida acadêmica, tive esse privilégio. Apesar de ter perdido meu pai cedo, com 15 anos, e ser de uma família relativamente grande – éramos cinco filhos – e minha mãe viúva cuidando da filharada toda –, minha mãe era professora de formação, mas nunca exerceu, ela vivia do salário do meu pai; quando ele faleceu, ela viveu da pensão dele – nunca tive dificuldade. E isso é privilégio da minha condição de branquitude, de mulher de classe média. Tive oportunidade de estudar em boas escolas públicas, devo ser uma das últimas "dinossauras" que teve toda a educação própria realizada pela rede pública: aos quatro anos de idade entrei no Instituto de Educação de Minas Gerais, de onde saí formada Normalista aos 18 anos e fui direto estudar na UFMG. Tive uma ou outra dificuldade, mas, no geral, muito bobas. Não tive grandes obstáculos. Isso me deu um

lastro para poder ambicionar. Assim que entrei na universidade, estava decidida que faria uma carreira acadêmica, ia ser psicanalista e ser professora universitária. Foi exatamente isso que fiz. Assim que terminei a graduação em Minas Gerais, iniciei uma formação em Psicanálise no Círculo Psicanalítico de Minas Gerais e comecei a clinicar. Fui para o mestrado em Teoria Psicanalítica, porque me interessava, também, seguir a carreira acadêmica. Tentei estabelecer um consultório no Rio de Janeiro, o que não era fácil, pois não estava inserida nas redes de lá. Foi bastante difícil quando fiz essa ruptura de sair de Minas Gerais – a cidade de Belo Horizonte, ainda hoje, é muito provinciana –, eu fui para o Rio de Janeiro, que é outro planeta. Levei um certo tempo para estabelecer novas redes de contato por lá. Quanto à minha vida pessoal, não me casei formalmente, mas moro junto com meu marido há 27 anos. Ficamos oito anos juntos sem ter filhos por uma decisão nossa, mas, sobretudo, minha. O conheci quando estava no segundo ano do mestrado, sabia que ia fazer o doutorado e, ter filhos, naquele momento, sequer passava pela minha cabeça. Logo que terminei o doutorado, em 1998, pensei em engravidar, mas como não sabia se faria concurso ou não, esperei mais dois anos. Em 2000, a Clarice nasceu – hoje ela está com 18 anos. A minha condição de professora horista na PUC me dava condições de intervalo para eu compatibilizar com os cuidados da Clarice e ela foi institucionalizada numa ótima creche. Ela entrou para a creche com sete meses e lá ficou por tempo integral: entrava às 10 horas da manhã e a buscava às 5 horas da tarde. Não tenho culpa nenhuma por isso e acho que fez muito bem para ela. Escolhemos a melhor creche que podíamos pagar no Rio de Janeiro para ter a garantia de que ficaria bem e ela foi muito bem atendida e bem cuidada. Era uma creche bilingue, imagina! Em algum momento da minha trajetória, inclusive com um custo muito grande para o meu casamento, minha mãe adoeceu e ficou com Alzheimer, o que me assustou muito. A minha família é toda de Belo Horizonte. Eu já não tinha meu pai, a minha filha era nova, estava com uns quatro anos, e eu queria que ela convivesse com a minha mãe. Eu já vislumbrava voltar para Belo Horizonte e essa circunstância acabou por adiantar isso. Do nada me surge esse convite, a Neuma me fala dessa vaga de Prodoc na UFMG. Não havia muitos concursos e a minha vida era cuidar da minha filha e dar minhas aulinhas na PUC-Rio. Estava relativamente estabilizada no casamento e no trabalho. Ainda que eu ambicionasse mais, entendia que naquele momento não estava me possibilitando mais. Foi quando surgiu esse concurso de Prodoc na UFMG, o que me custou muito decidir fazê-lo, pois vim para a UFMG com a minha filha e o meu marido ficou no Rio de Janeiro. Nós ficamos em um relacionamento à distância por uma década desses 27 anos. Nos encontrávamos em fins de semana, feriado e férias, mas não é a mesma coisa. O relacionamento foi muito impactado tanto positiva, quanto negativamente por este fato. Tive de tomar decisões muito difíceis na minha vida pessoal para dar continuidade à trajetória profissional que me interessava, pois queria estar em uma universidade federal de nome. Um esforço físico e intelectual também, inclusive, porque tem uma mudança de área. Quando fui para a Ciência Política, decidi que depois de tantas mudanças não seria o fim do mundo mais essa transição para estar em uma grande universidade pública. Gosto desse desafio de me deparar com outra área. Mesmo dentro da Política se vem descortinando o tema da gestão pública, que não é uma área *strictu senso* da Ciência Política; a administração pública é uma área bem específica e tive que me dedicar, porque dou aula no curso de graduação em Gestão Pública que criamos no Reuni [Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais]. Isso me desafiava e tentei, de forma bem-sucedida (risos), conciliar com minha vida privada: vivo bem no meu casamento e minha filha vai fazer Enem [Exame Nacional do Ensino Médio], vai embora para vida dela, rumo à sua trajetória. Daqui a alguns meses, finalmente vou fazer o meu Sabático. Apesar de ter chegado a minha vez na fila já há algum tempo, como eu ia fazer um sabático estando sozinha com a minha filha e meu marido no Rio?! Não ia levá-la sozinha também, para fora do país. Também teve muito conflito com a profissão do meu marido. Ele teve de abrir mão de algumas boas oportunidades de trabalho por nós, sobretudo quando mais recentemente ele veio para Minas Gerais em definitivo – nós tivemos uma crise e se ele não se mudasse em definitivo

íamos nos separar. Contei com um homem que me apoiou e apoia sempre, o que é muito raro. Ele sempre foi um gigantesco parceiro, que olhou para a minha trajetória profissional com muito apoio e a via como mais importante inclusive do que a dele. Muito homem funciona como uma âncora na vida de uma mulher, não foi esse o meu caso. Meu marido me apoia muito, sempre me apoiou. Ele vai ficar com a nossa filha para eu sair em um semestre sabático. Ela vai estar em ano preparatório do Enem. A vida profissional e pessoal se integram e nós vamos nos esforçando para que esse encontro seja o mais harmonizado possível.

BC: *Você acredita que a relação entre a vida pessoal e profissional se dá da mesma forma entre mulheres e homens?*

MM: Não. De modo algum. Acho que a minha trajetória tem uma certa semelhança com uma trajetória geralmente masculina, porque o meu marido me apoiou muito. Em alguns momentos, inclusive, ele abriu mão do emprego para vir para Belo Horizonte, por exemplo. Esse é um papel geralmente feminino; e eu era a pessoa no casal com uma carreira que exigia sacrifícios e que não ia abrir mão da carreira e meu marido foi capaz de compreender isso. Acho que é assim que os homens lidam com as suas carreiras, no geral: eles são as pessoas com a carreira principal e têm muita dificuldade de admitir e de negociar com as mulheres as próprias carreiras. Tenho várias colegas separadas por esse motivo. Nessa disputa que existe entre as carreiras, o marido não consegue abrir mão em algum momento. Não quer dizer que o Ricardo, meu marido, não tenha tido uma carreira, ou que só ele tenha cedido ao longo desses 27 anos, não se trata disso. Graças a Deus, a carreira dele não disputava com a minha, porque não consigo entender como pode dar certo um casal que exerce a mesma profissão, na mesma área e na universidade... Não entendo como isso pode funcionar! Certamente que não é para mim, a competição é muito dura na nossa área e isso acabaria com o meu casamento. Ainda que não entendesse isso à época, tive a sabedoria de ficar, manter e sustentar um relacionamento com uma pessoa que trabalha em outra área. Trabalha com calçados, é representante comercial. Acho isso salutar e foi importante para a nossa história. No geral, são os homens que ditam o percurso do casal através de suas trajetórias profissionais e as mulheres que se adaptem. Aqui eu vejo muito isso: ou mulheres que se separam por causa disso ou aquelas que submetem as suas carreiras às carreiras de seus maridos. Não é comum conciliar. Me considero uma pessoa de sorte por ter conseguido, com muito custo, porque não foi nada simples conciliar a vida afetiva e amorosa com a profissional. Nunca abri mão da minha vida profissional. Talvez tivesse aberto mão de ter filhos, em algum momento me perguntei, muitas vezes, se eu queria ou não ter filhos. A minha trajetória feminista me deu muito lastro, por exemplo, para escolher não ser mãe. Acho que não seria uma pessoa frustrada se não fosse mãe. Ainda que muitos brinquem com isso, porque eu sou muito maternal. A maternidade é maravilhosa e sou apaixonada pela minha filha, mas se não tivesse sido mãe seria feliz também, essa era uma escolha que estava posta no meu horizonte. Escolhi ser mãe em um ambiente que estava adequado para mim. Tinha terminado o mestrado e o doutorado e foi em um momento bom de ser. Eu não tinha uma carreira me chamando, me cobrando para eu me dedicar como foi depois que entrei na UFMG. Mas acho que não é toda mulher que consegue isso. Infelizmente.

BC: *Agora, o terceiro bloco é sobre a condição da mulher na Ciência Política e as avaliações do campo disciplinar no Brasil. Como você avalia os caminhos da academia e mais especificamente o campo da Ciência Política no Brasil nas últimas décadas?*

MM: Preciso lembrar também que, por "convergências dos astros", tive a sorte de vir para um departamento de Ciência Política muito específico, que é o DCP da UFMG. Acabamos de completar 50 anos de departamento e quando olho para a sua trajetória vejo, com muita clareza, que vim para

um lugar no momento e na hora certa! Primeiro, porque o departamento estava se reconfigurando. Aqui temos o primeiro mestrado em Ciência Política do Brasil. As primeiras dissertações relacionadas a gênero são de pessoas que, atualmente, estão dentro do campo orientando novas dissertações e teses, orientando o primeiro mestrado que formou pessoas na área de gênero. Temos, atualmente, a Solange Simões, que defendeu sua dissertação em gênero aqui em 1983. Acho importante destacar isso: o DCP também foi o primeiro programa de Ciência Política que formou pessoas que trabalham na temática do gênero. Como disse, foi em 1983 que a Solange Simões escreveu uma dissertação orientada pelo René Dreiffus chamada *Deus, pátria e família – as mulheres no golpe de 64*. Ela, inclusive, está revisitando este texto para republicá-lo, porque o tema está muitíssimo atual, pois o golpe de 2016 também possui uma relação com as mulheres. Em 1983, a Magda Neves foi orientada pelo Michel Le Ven e defendeu a sua tese sobre *Condição feminina, condição operária – um estudo de caso sobre operárias têxteis*, com o recorte de Sociologia do Trabalho e gênero, que é o tema de pesquisa de sua vida e no qual se tornou referência. Em 1986, a Dirlene Marques trabalhou, com a orientação da Celina Albano, na tese *As características da força de trabalho feminina no setor eletro-eletrônico: um estudo de caso*. Comentei só para se ter uma ideia de que estas foram as primeiras teses e dissertações defendidas no tema de gênero e política no país. Em 1987, houve a produção da tese *Mulheres poliqueixosas ou o maior desgaste*, da Anavanse Brenes, orientada pela Nair Costa Muls, também no DCP da UFMG. A partir de 1992, a Glaura Vasques orientou a Lourdes Maria Silva sobre *Mulheres na vida pública e o feminismo no Estado.* Isso em 1992! Nem se falava em feminismo no Estado. Esse departamento tem um papel pioneiro nos debates e investigações sobre gênero. Eu não tinha a menor consciência de que este departamento já tinha essas referências. A partir de 2000, essa pauta se intensificou. A Magda já era professora no DCP e orientou a Verônica Gomes Urrutia em uma dissertação sobre *Estado e movimentos sociais na obra de Habermas e Giddens*. Quando chego, em 2004, já pego uma primeira orientação, que é a Ana Carolina Ogando, que escreveu *Feminismo, justiça e reconhecimento – repensando a cidadania das mulheres no Brasil* e uma longa sequência de teses se mantém. Entre 2015 e 2017, das 15 teses que foram produzidas no DCP sobre gênero e feminismo, eu orientei 10. Há um protagonismo de eu ter me dedicado a entrar nesta área. Tivemos oito teses de doutorado no tema, das quais orientei cinco. Quando colocamos isso no quadro mais geral das teses e dissertações, a área de Ciência Política avançou muito nesse campo. Houve um aumento real dos anos 2 mil em diante. Já publiquei artigos falando sobre esse levantamento em teses e dissertações na Ciência Política e também em artigos de revistas brasileiras indexadas. Apresentei esse mapeamento por universidades, por departamentos e por autoras. Claro que teses e dissertações em Ciências Humanas e Sociais a USP [Universidade de São Paulo] está na frente, no geral. Mas quando recortamos por gênero e na Ciência Política, a UFMG está na frente, inclusive em cursos de formação específica, seguida imediatamente pela UnB [Universidade de Brasília], pela Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS] e a USP aparece em quarto lugar. De fato, o DCP da UFMG teve, historicamente, um papel importante nos anos 1980, quando deve ter produzido sobre o tema praticamente sozinho. Acho que a minha entrada no programa também contribuiu para uma maior abertura do campo no próprio DCP. Claro que outras universidades vêm produzindo teses e dissertações neste campo, provavelmente um levantamento mais recente vai mostrar como esse campo está mais espraiado e difundido. Mas em 2004 e 2006 eram pouquíssimos os trabalhos. Esse quadro me motivou a permanecer na Ciência Política: quando me deparei com um departamento em franca expansão. Em dois anos, me tornei chefe do departamento e logo depois veio o Reuni, tínhamos que pensar um curso de expansão na graduação para a universidade e escolhemos a Gestão Pública. Gênero era um tema que se encontrava transversal ao curso que escolhemos, foi uma agenda que foi entrando para esse debate, o que ampliou o número de pesquisas sobre feminismo no Estado, tema no qual o DCP já dispunha de uma dissertação ainda nos anos de 1980. O DCP da UFMG tem uma importância histórica. Por uma razão contingencial, fiquei aqui, mesmo sendo de outra área, porque achava

muito importante a Ciência Política brasileira não deixar esse tema com pouca visibilidade. Essa opinião foi reforçada depois de contatos que fui fazendo com outras cientistas políticas, como a Flavia Birolli da UnB; depois os meus próprios orientandos que foram seguindo com suas carreiras e levando consigo esse posicionamento. Você mesmo, Breno, foi professor substituto da UnB. A Danusa [Marques], a Carolina Marra, a Daniela Rezende, todos vocês já são uma segunda geração de intelectuais que estão no campo intelectual acadêmico e universitário fazendo trabalho acadêmico, docente e de extensão na área de gênero e política. Acho que é um legado de uma área em expansão. Quando olhamos a ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política], que criou a área temática de Gênero, Democracia e Políticas Públicas em período relativamente recente e o número de trabalhos e pesquisadores vêm crescendo, temos sim uma área em expansão.

BC: *Quais as virtudes e os limites do campo de Ciência Política?*

MM: Ainda acho a Ciência Política brasileira muito colonialista e totalmente voltada para o Norte global, algo tão gritante que ainda costumo escutar alguns colegas meus nomeando, inclusive equivocadamente, como "a boa Ciência Política". Há uma orientação muito clara neste sentido, tanto em caráter da teoria normativa, quanto nos enfoques metodológicos que têm forte apelo na lógica neopositivista, de caráter mais quantativista. E é isso ainda que é lido por alguns pares como "a boa Ciência Política". Acho isso de uma gigantesca limitação. Há uma produção brasileira que é riquíssima e mais vasta ainda na América Latina. A produção da Ciência Política brasileira é quase cega, surda e muda para aquilo que se produz na nossa região. Nesses doze anos, consigo ver alguma aproximação, mas ainda está muito longe de ser um diálogo. Sou representante latino-americana de algumas redes de teorias feministas aqui na América Latina e no Norte global inclusive. Vou assumir, por exemplo, a copresidência de um dos principais *Research Committees* da *International Sociological Association*, que é o *RC 32*, sobre Gênero e Sociedade. É impressionante ver que o mundo se interessa pela América Latina e os brasileiros não! Acho que na Ciência Política isso está muito marcado. É um olhar muito norte-americano sobre o que é, o que deve ser a Ciência Política; mesmo a tradição de produção europeia está bem silenciada. Para mim, esta é uma gigantesca limitação. Eu já fui acusada de não ser cientista por ser feminista, me disseram que não faço ciência e sim militância. Olhei para a cara da pessoa e me perguntei "e você faz o quê?", porque não acredito em neutralidade científica, essa nunca foi uma questão para mim. Quem acha que faz ciência neutra, está fazendo ciência na perspectiva da ideologia hegemônica do cânone, no nosso caso, liberal e neopositivista. Daí situo também a minha preocupação e rigor com a metodologia, porque não concebo uma ciência nos moldes neopositivistas, mas existe rigor metodológico no meu fazer científico sim! Há múltiplas abordagens para o campo científico: abordagens hermenêuticas, interpretativas... E tudo isso ainda está muito invisível dentro do campo da Ciência Política. Se há uma desvantagem é essa: há cânone para o qual o cientista político deve praticamente pagar um pedágio e esse cânone é a Ciência Política quase que norte-americana, seguida por Inglaterra e França, o resto parece que não existe. Eu sou uma autora que produz e se interessa por teorias do Sul global: leio o feminismo decolonial, as feministas indianas e africanas. Essas teorias informam de forma muito mais interessante o campo da Ciência Política hoje. Mesmo as feministas do Norte, quando eu as leio, encontro referências muito mais instigantes para se pensar a Ciência Política. Mesmo estas ainda são bastante invisíveis. Questões colocadas pela Ciência Política atualmente, as feministas já colocavam na passagem dos anos de 1980 para 1990. Tem uma inventividade nas feministas em perceber grandes questões, que são quase atemporais, como a discussão sobre risco democrático que hoje está na ordem do dia. As feministas já discutiam como se inclui democraticamente e também já diagnosticavam a crise da representação política há mais de 20 anos. Quer dizer, para elas, este ponto já estava patente, porque as mulheres nunca fizeram parte da representação política! O feminismo e as mulheres têm um campo limitado na Ciência Política,

porque este é um campo ainda predominantemente masculino, branco, liberal. Além de estarmos predominantemente voltados para a academia do Norte global, especialmente norte-americana, os homens brancos dominam o campo da Ciência Política. Eles nomeiam e colocam um rótulo do que é "a boa Ciência Política", que é essencialmente o debate institucionalista (com honrosas exceções), o que não quer dizer que eu o julgue um tema sem importância. Ele é absolutamente importante, mas a Ciência Política transcende esse tema, vai muito além dele. Agora temos algumas mulheres entrando no campo da democracia participativa, que também era monopolizado pelos homens. Esse é outro limite: as mulheres precisam entrar com maior visibilidade no campo da Ciência Política. A maioria dos espaços dessa ciência é povoada de homens brancos, que não se preocupam nada em discutir apenas entre si. A entrada da Flavia [Biroli], uma mulher e feminista, foi muito importante nesse sentido. E ela chegou à ABCP colocando essa questão na mesa, defendendo a alternância entre as coordenações de áreas temáticas. É uma invisibilidade e uma invisibilização produzida intencionalmente contra as mulheres. Existe, de fato, uma hierarquia entre as Ciências Sociais. Talvez esse estatuto conservador dos cânones tenha conferido um perfil mais elitizado para a Ciência Política, quando comparada com a Sociologia e a Antropologia. Falo isso com muita tranquilidade, porque transitei muito nas outras duas áreas. A Ciência Política é encarada como a elite do campo das Ciências Sociais. Isso torna ainda mais importante trazer o debate das teorias feministas para essa produção, que se vê como um lugar de elite na produção das ciências humanas e sociais. E serve também como um esforço de tirar o controle que os homens detêm sobre o tipo de teoria que orienta as discussões, no sentido de flexibilizar e pluralizar a própria Ciência Política. Esse é um esforço grande e não só meu. Trata-se de expandir as teorias, as bibliografias, as formas de ensinar, os autores trazendo as autoras etc. Ainda é um campo muito masculino com muitas características do que estes homens brancos chamam de "boa Ciência Política". Esse é um processo de abertura e pluralidade que tentamos realizar. Mas não é fácil.

BC: *Com relação à sua trajetória individual, como professora e pesquisadora, como você se situa no quadro mais geral do desenvolvimento da disciplina?*

MM: Pelas contingências e circunstâncias, o fio condutor teórico que orientou as minhas discussões foi o feminismo. Me vejo muito mais como uma feminista acadêmica do que como uma cientista política. Estou muito mais confortável me declarando nesta posição, na posição de produzir conhecimento nas fronteiras. A minha trajetória se informou a partir de um processo porque acabou por passar por este departamento que, por sua vez, desempenha um papel importante na história da Ciência Política brasileira. Vim parar aqui por contingências familiares e pessoais, mas quando me deparei com este departamento, com os colegas que eu tinha e com a possibilidade de ressignificar este importante significado histórico, decidi prestar concurso para cá. Começamos a brigar para ter uma linha de pesquisa específica na Pós, passei anos sem saber em que linha eu me situava. Você sabe disso, porque foi um dos meus primeiros orientandos. Agora não, outros tempos, há uma linha de pesquisa com o nome feminismo – entre outros temas –, que fizemos questão de por, em detrimento a gênero. Era importante afirmar esse lugar. Construí uma agenda de pesquisa aqui. Acho que a minha trajetória contribuiu para fortalecer essa oportunidade. E consegui conciliar esse projeto com o meu desejo de permanecer como uma feminista acadêmica. O Nepem também teve um papel importante, porque foi um dos primeiros núcleos de estudos sobre o tema no país. Ele caiu no meu colo para eu coordenar, o que foi outra convergência importante. A minha trajetória teve algumas coincidências que eu soube aproveitar em um caminho meu de pesquisa, extensão e orientação. Tenho tido só boas experiências, mesmo que nem tudo sejam rosas. É muito satisfatório ver o crescimento de um campo de estudo que foi negligenciado por tanto tempo. Não sei o que vai ser agora, Breno, o que virá a ser. Os devires que estão no horizonte ainda estão incertos, mas democracia e participação das mulheres, das mulheres negras, empoderamento constituem uma

agenda que estava se expandindo franca e abertamente. Agora, se não houver financiamento, nem subsídio para bolsas esse quadro pode mudar. O "sinistro" acha que tem muito doutor no Brasil e por isso não vai dar mais bolsa de doutorado – ele disse isso na audiência lá no Congresso. A SPM [Secretaria de Políticas para as Mulheres] não vai nem ter recursos para o que eles já estavam fazendo e vai ser desmontada. Basta por gente desqualificada que não entende nada da área. Não tem um especialista na área e daí você coloca duas ou três pessoas trabalhando, melhor até do que extinguir o órgão, que pode causar gritaria na sociedade. Ou então vão seguir fazendo absurdos. Não sei o que o futuro traz para nós, estamos em uma passagem, vivendo um momento claro de transição, mas conseguimos iniciar a institucionalização da agenda de pesquisa e da investigação de gênero e feminismo na Ciência Política brasileira. Não acho que isso retroceda, mas não sei o que vem. E em que medida a minha trajetória poderá contribuir para o que virá, o que também é um ponto de interrogação! (Risos)

BC: *Como você avalia a sua condição de mulher na academia, especialmente na Ciência Política?*

MM: É uma ambiguidade completa. Tenho clareza cristalina de que existe uma discriminação do começo ao fim da academia com relação às mulheres. Eu sequer entro no mérito desta questão, que para mim é ponto pacífico. Acho que a academia é construída na base de uma ciência no masculino até hoje, construída por homens e para homens – ainda que tenha muitas mulheres. Acho muito curioso, porque é semelhante com o que se passa no espaço político. Poucas mulheres na área da Ciência Política têm muita clareza deste processo de opressão e discriminação. Esse ponto já se tornou consenso e linguagem corrente na Antropologia e na Sociologia, mas na Ciência Política não. Há homens que ainda negam também, dizendo que o campo está totalmente fundamentado no mérito. Escutamos isso definitivamente com muita frequência na Ciência Política, que ainda é controlada por muitos homens brancos. Fato. Ser mulher neste campo é, no mínimo, desafiador e coloca tensões. Há uma definição de um colega, do qual não vou mencionar o nome, que mostra como a minha chegada a este campo foi significada. Em meio a uma reunião, esse colega fala: "Com a Marlise foi assim: estava tendo uma corrida de cavalos, daí passou um azarão a 1 km por hora e tinha um supercavalo correndo a 50 km, enquanto os demais corriam a 1 ou 2 km, daí nós a pegamos". A metáfora era essa. Era como se houvesse uma corrida acadêmica de "cavalos", eu era um "supercavalo corredor" e eles perceberam a minha "qualidade" de corredora e me recrutaram para estar aqui. Metáfora esdrúxula para falar de uma investigadora feminista que foi aprovada em concurso público de um departamento de Ciência Política, mas que revela um pouco esse predomínio de uma área ainda dominada, se não realmente monopolizada, por homens brancos. Se formos ver o número de associados da ABCP, talvez nós já estejamos em situação de quase paridade, mas olhando as ATs [Áreas Temáticas] e a coordenação da Associação – que nem sei se é bom exemplo, porque nem todo homem quer, já que é só pepino – é que percebemos como permanece um domínio masculino. A despeito disso, há mulheres que romperam barreiras em uma escala crescente e me inspiro muito nelas, que hoje estão orientando, produzindo e publicando. Não é um campo tranquilo de atuação acadêmica para as mulheres, ainda temos, muitas vezes, de apontar para a frequente falta de interlocutoras. Aliás, interlocutores brancos e a branquitude nem começou a ser tocada como uma questão dentro do campo da Ciência Política brasileira. Tanto é que acabamos de criar a Área Temática de raça e política no último encontro da ABCP, então sequer houve um congresso nosso ainda com essa AT! Para você ver como estamos atrasados neste ponto de vista da dinâmica da democratização e da pluralização, porque gênero e raça são para mim variáveis *proxy*, para usar o jargão canônico, do quanto você aprofunda democraticamente uma área ou do quanto você mantém os privilégios brancos e masculinos na mesma. É tenso ser mulher na Ciência Política, mas eu nunca me achei muito cientista política, não gosto muito desse rótulo. Até

pela minha trajetória que não "é puro sangue", para brincar com a metáfora dos cavalinhos (risos)! Não me sinto muito confortável de usar esse rótulo de cientista política.

BC: *Como você avalia o crescimento das demandas relacionadas ao gênero no mundo do trabalho, inclusive nas nossas instituições, tais como denúncias de assédio e cotas?*

MM: Eu acho fundamental e vertebrador todo esse processo que eu estou chamando de democratização dos espaços acadêmicos e da produção de conhecimento. Para mim, só faz sentido produzir conhecimento a serviço da transformação do mundo. Primeiro porque esses estudos sobre mulheres são incipientes, mal começaram e mal existem. E isso me faz querer agir no sentido de colaborar com essa agenda, fortalecê-la, impulsioná-la. Por isso optei pela Ciência Política. Achei que a minha contribuição pessoal seria mais aproveitada e mais interessante aqui do que na Sociologia. Eu já tinha esse diagnóstico e estranhava o estrondoso silêncio sobre gênero e raça na Ciência Política, porque eu tinha contato com as outras áreas das Ciências Sociais e o quadro era bem diferente. Quanto às ações afirmativas, acho que enquanto não se tem um processo profundo e estrutural de transformações, as cotas são necessárias. Se as ATs não apresentam mulheres, a instituição que organiza o evento que chame as mulheres para as suas mesas. Não há pesquisadores e pesquisadoras negros? Tem que convidá-los. Eu sou profundamente a favor, porque acho que as ações afirmativas são justas, pois é possível começar a reestruturar um campo de domínio branco e masculino a partir delas. Defendi essas ações o quanto pude, estive à frente das comissões de avaliação das cotas raciais aqui na universidade. Defendi, no colegiado, que houvesse cota na pós-graduação. Infelizmente isso só ocorreu quando se tornou uma normativa nacional e tivemos de fazê-lo. Cotas de gênero na Pós, eu já não acho que as mulheres tenham esse obstáculo para entrar nos programas de Pós, mas negros e negras têm obstáculos monumentais para ocuparem esses espaços. Temos de buscar ações que possam mudar esta arquitetura das nossas instituições e ressignificar este lugar e só a presença dessas pessoas que pode iniciar este processo. Essas ações conseguem enfraquecer a institucionalidade branca e masculina. Largados à nossa própria sorte, nós vamos continuar a funcionar como sempre funcionamos e residualmente aqui e ali vai aparecer algo diferente, por isso há que se construir uma agenda de mudança do perfil de liderança na área para dar mais abertura às mulheres e às pessoas negras.

BC: *Você já enfrentou situações difíceis no exercício da sua profissão por ser mulher?*

MM: Nossa Senhora! Dá para conversar mais 5 mil horas aqui. Vou dar apenas um ou outro exemplo. Quando cheguei aqui e recebi, quase imediatamente, o rótulo de feminista, eu tinha colegas, não de departamento, mas da Fafich, que me paravam para levantar o meu braço e ver se eu tinha cabelo ali. Me falaram assim uma vez: "Nossa, mas eu soube que você é casada, não entendo por que você é feminista.". Todo o tipo de chacota; professora e professor dizendo que o que fazíamos não era ciência, era militância e ativismo. Você sabe perfeitamente disso, porque, como um dos meus primeiros orientandos, você teve muita dificuldade neste departamento por conta de pessoas – homens e mulheres – que discriminavam essa área, que achavam que não era uma área teoricamente relevante. Isso nos fez ter de nos desdobrar em mil para produzir teses e dissertações maravilhosas, ganhar prêmios de publicação de tese. Hoje, já comecei a relaxar um pouco mais. Os meus padrões de teses, dissertações e, principalmente, de artigos são bem exigentes, porque ainda hoje encontramos muita dificuldade para publicar. É preciso relatar outro exemplo muito importante. Em uma revista Qualis A, indexada e brasileira, já tive parecer de artigo negado em que um parecerista escreveu duas ou três páginas superelogiosas e que o segundo – provavelmente homem – escreveu a seguinte frase: "você não provou empiricamente que o Estado brasileiro é patriarcal", ponto. E ali acabou, seu artigo está negado – não vou revelar o nome da

revista por respeito à área. Mas estou colecionando estes pareceres absurdos, que revelam o quanto a nossa área ainda é refratária a algumas temáticas que, para algumas pessoas, não são do *mainstream* – ou *malestream*? – da área de Ciência Política. Como eu me relaciono com isso? Ignoro. Sigo em frente, vou embora. Toco o meu barco e sigo a produzir. Já houve muita discriminação de todo tipo e de toda natureza, infelizmente. Acho que hoje elas têm sido menores, porque quando se coloca politicamente em determinadas arenas e quando as pessoas começam a ler e te citar é uma maneira de ir desconstruindo essa engenharia do preconceito. Mas há professor até hoje que silencia as meninas em sala de aula. Tenho reclamação de alunas da Pós e da graduação de professores que as mandam calar a boca e que dão a palavra quase cem por cento das vezes para os homens. Isso não é uma invenção da cabeça feminista da Marlise, isso é o cotidiano de muitas salas de aula e departamentos pelas universidades do país. Existe um processo de discriminação ainda, apesar de tudo que as mulheres têm feito para reverter, sendo elas mais escolarizadas, mais qualificadas e produzindo mais que os homens. Se você olhar os números da Elsevier, a produção feminina é maior do que a dos homens em algumas áreas, mas mesmo assim nada disso é suficiente. As mulheres têm recebido mais premiações, mas até hoje eu ainda vejo muita discriminação e preconceito, mesmo que eu tenha mais de 20 anos de trajetória, desde estudante de pós-graduação até a docência. Não é trivial e nunca foi fácil.

BC: *Muito obrigado!*